

FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO: VESTÍGIO DA CULTURA PORTUGUESA NO TOCANTINS

OLIVEIRA, Maria Wellitania de¹

RESUMO

O presente texto constitui-se numa análise e inferências acerca da antropologia cultural e da cultura popular. O objeto de estudo é a Festa do Divino Espírito Santo, como vestígio da cultura portuguesa no Estado de Tocantins. Buscou-se compreender o caminho percorrido pela tradição portuguesa até o coração do Brasil, também compreender a participação de comunidades como possuidoras e inovadoras de uma tradição. A metodologia utilizada foi a pesquisa exploratória. Abordaram-se, inicialmente, conceitos antropológicos de cultura e, posteriormente, um breve histórico sobre a chegada dos portugueses ao Tocantins, apresentação dos elementos que compõem o festejo do Divino Espírito Santo e sua importância sociocultural. Acredita-se que, no Tocantins, as

¹ Doutoranda em Ciências da Cultura pela UTAD – Universidade Trás os Montes, Portugal. Mestra em Teoria e Crítica Literária, ministra aulas de Teoria Literária e Literatura Portuguesa no Centro Universitário UnirG, Gurupi – Tocantins – Brasil.

manifestações culturais como a Festa do Divino Espírito Santo, são atividades significativas no processo de compreensão da identidade de um povo e de interação social entre as comunidades.

Palavras-chave: Cultura Portuguesa. Tocantins. Festejo do Divino Espírito Santo.

CELEBRATION OF THE DIVINE SAINT SPIRIT: A RESIDUE OF THE PORTUGUESE CULTURE IN TOCANTINS

ABSTRACT

The current text is the result of an analysis and conclusions about cultural anthropology and popular culture. The goal of this study is to analyze the Divine Saint Spirit Celebration as a residue of the Portuguese culture in Tocantins State. We tried to track and understand the vestiges and residues of the Portuguese tradition and what of significant they left in the whole Brazil. We also tried to analyze and understand the community participation as both, owners and innovators of a tradition. We used both exploratory method. Initially, we studied anthropological and cultural concepts and later on we investigated the arrival of the Portuguese to Tocantins and the presentation of all elements which form the celebration of the Divine Saint Spirit and its social and cultural importance. It is believed that in Tocantins, the cultural manifestations such as the Divine Saint Spirit Celebration constitute significant activities in the process of understanding the identity of a cultural group or people and of the social integration between the communities.

Keywords: Portuguese Culture. Tocantins. Divine Saint Spirit Celebration.

PENSANDO A CULTURA

Várias são as concepções de cultura, e nenhuma invalida a outra, talvez pela diversidade de elementos que expressam as características de um povo, o ser e o fazer do homem em sociedade. Neste sentido, Laraia (2005, p.63) afirma que ter “[...] uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana”. Assim, diante da impossibilidade de definir objetivamente um conceito de cultura, são apresentadas aqui algumas reflexões que tentam explicar a natureza de tal fenômeno.

Edward Tylor² foi o primeiro a criar o conceito etnográfico de cultura, definindo-a como “[...] um todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (2005, p. 25). Assim sendo, Tylor entendia a cultura como um fenômeno social, calcada nas realizações humanas.

Roque Laraia em seu livro *Cultura: um conceito antropológico*

²Edward Tylor foi um antropólogo britânico considerado o pai do conceito moderno de cultura. Também representante do evolucionismo social. Em seus trabalhos *Cultura primitiva e Antropologia*, ele definiu o contexto do estudo científico da antropologia, baseado nas teorias uniformitárias de Charles Lyell.

(2005) apresenta algumas teorias sobre cultura. Segundo Laraia, alguns antropólogos concordam que “[...] culturas são sistemas de padrões de comportamento que servem para adaptar as comunidades humanas aos seus embasamentos biológicos”. (LARAIA, 2005, p. 59).

Na mesma obra (2005, p. 55), Laraia apresenta a teoria de Leslie White³ de que “[...] todo comportamento humano se origina do uso de símbolos [...] Toda cultura depende de símbolos. É o exercício da faculdade de simbolização que cria a cultura e o uso de símbolos que torna possível a sua perpetuação”.

Há que se concordar que a teoria de White tem respaldo nas práticas culturais, uma vez que os símbolos estão presentes nas manifestações culturais, principalmente, nas atividades que correspondem ao imaginário popular.

Em linhas semelhantes, sob o ponto de vista estrutural, Lévi-Strauss, na mesma obra de Laraia (2005, p. 61) define cultura “[...] como um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana”. Lévi-Strauss apresenta como base de sua

³ Antropólogo americano conhecido por suas teorias quanto à evolução cultural. Renovou o interesse da antropologia de Tylor.

teoria a noção de estrutura social “os princípios da mente” que geram o mito, a arte, parentesco e linguagem. Assim sendo, é correto afirmar que a cultura é um conjunto complexo de conhecimentos, que engloba: crenças, variedades artísticas, costumes e comportamentos adquiridos pelo homem como ser participante de uma sociedade.

Neste sentido, pode-se afirmar que as diferenças culturais se manifestam no meio social de diversas formas que caracterizam a sociedade e seu comportamento, as quais são construídas por meio de símbolos, valores materiais e imateriais como: crenças, rituais, objetos, linguagem, lendas etc., concordando com a definição de David Schneider que diz que cultura é um sistema de símbolos e significados.

Para Alfredo Bosi, em entrevista na primeira edição da Revista de Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo, em 1992, “Uma definição da cultura hoje em dia se tornou particularmente difícil, porque a cultura pode ser estudada de vários pontos de vista precisaríamos escolher uma perspectiva para poder defini-la”. Como o conceito de cultura atualmente está bastante ampliado, interpretar

uma manifestação cultural no intuito de qualificá-la será sempre uma tarefa difícil, mas pode ser também bastante prazerosa.

Em *Dialética da Colonização*, Bosi (1992, p. 308) define cultura como “[...] conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social”. E supõe uma “[...] consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro”.

Desta forma, a noção de cultura envereda nas práticas, valores e comportamentos sociais que contribuem para a transformação de realidades sociais, como também para o desenvolvimento humano em todos os sentidos.

Pode-se dizer, portanto, que não há nada que interprete melhor a identidade de um povo do que as manifestações culturais, uma vez que estas são as heranças dos valores instituídos pelos antepassados nas comunidades, as quais buscam preservar a memória coletiva desse povo. Neste sentido, cultura se relaciona com memória. Para Henry Rousso,

[...] seu atributo mais imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao 'tempo que muda', as rupturas que são o destino de toda vida humana; em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. (ROUSSO, 1998, p. 94-95).

Dessa forma, as manifestações culturais servem de continuidade dos valores adquiridos por uma comunidade, dos padrões de comportamentos instituídos, das regras e crenças praticadas por seus habitantes, mantendo a unidade sociocultural.

DO MAR PORTUGUÊS AO RIO TOCANTINS

Dentre as características que identificam e aproximam Portugal e Brasil, a cultura é o referencial mais íntimo da memória lusitana e brasileira, cuja representatividade e simbologia possibilitam a reelaboração de uma realidade criativa em constante transformação. É impressionante como a cultura está imbricada na alma da gente desses dois países, ambos revolvem-se num mar cíclico de lendas, festejos e religiosidade, que é o intercâmbio entre passado e presente.

Para compreender melhor a relação cultura luso-tocantinense é necessário, primeiramente, compreender o processo histórico de formação territorial do estado de Tocantins. É importante que se faça inicialmente um resgate histórico do período aurífero que abrange o século XVIII ao XIX na sociedade colonial.

A fim de realizar o mercantilismo comercial baseado na procura de *metais preciosos*, os quais representavam sinônimo de riqueza e ainda proporcionavam ao estado português o monopólio do comércio, os portugueses iniciaram expedições no interior do território brasileiro em busca de ouro e demais riquezas, isto, logo após a decadência da economia açucareira do século XVII.

Sobre esse assunto, Berry Hatton, na obra "Os Portugueses", afirma:

O Brasil, que a princípio apenas fornecera madeira de qualidade, tornou-se o cenário da corrida ao ouro quando, após mais de um século de pesquisa, os portugueses descobriram o VII. A primeira carga, de 500 quilos, chegou à Lisboa na década de 1690. Em 1720, o fornecimento anual de ouro entregue na capital do império chegava às 25 toneladas. (HATTON, 2011, p. 75).

As primeiras jazidas de ouro exploradas foram as de Minas Gerais, mas no final do século XVIII foram

descobertas jazidas de ouro no Norte de Goiás, hoje Tocantins. A partir de então, esta região tornou-se de grande importância econômica para Portugal.

É a partir desse momento que as minas dos Goyazes são inseridas no sistema colonial português. Como ocorrera com relação às regiões anteriormente descobertas (Minas Gerais e Cuiabá), a notícia das novas minas provocou grande correte humana para a região, dando início ao surgimento de aglomerados humanos, de acordo com as descobertas do momento. (PARENTE, 2001, p. 39).

Assim, muitas comunidades se formaram a partir do período aurífero, com os garimpos se transformando em núcleos de povoamento urbano, mas que só tinham grande movimento durante o apogeu do garimpo naquelas regiões. Nesse mesmo período, o Norte de Goiás desenvolveu ligações comerciais com as capitânicas do Norte e os rios da região se tornam importantes vias de navegação comercial.

Segundo Lysias Rodrigues,

Se o curso marítimo e a lenda do Eldorado obrigaram os portugueses e brasileiros a conquistar, povoar e defender grande parte do território nacional, instilando no coração dos brasileiros o sentimento do amor à terra em que nasceram, e a necessidade de defendê-la *laungibus et rostro*, o bandeirismo despertou o sentimento do próprio valor, conquistou riquezas, mudou o meridiano de Tordesilhas para as lindes atuais, abriu caminhos,

plantou cidades, e fez uma raça de gigantes! (RODRIGUES, 2001, p.78).

Como já foi dito, o estado de Tocantins é remanescente do antigo Norte de Goiás. A separação do estado ocorreu por questões de ordem econômica, política, administrativa, cultural e geográfica, uma vez que o norte de Goiás vivia em estado de completo abandono e pobreza social. Parente (2001) confirma a informação de que essa região estava isolada e, portanto, não era apropriada à produção agrícola para outros centros consumidores.

A luta pela criação do estado de Tocantins passou por várias etapas. Somente em 27 de julho de 1988 ficou estabelecida no Artigo 13 do “Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” na Assembleia Nacional Constituinte a criação do novo estado. Em cinco de outubro de 1988, houve a promulgação da Constituição, e o Tocantins consolidou-se como estado, como atesta Maria do Espírito Santo Rosa Cavalcante:

Finalmente, a criação desse novo estado foi legitimada com a promulgação da Carta Constitucional, em 5 de outubro de 1988. E o sonho tornou-se realidade! Uma frase forte bem elaborada, carregada de sentimento da luta tocantinense, expressou o desfecho vitorioso da bandeira pró-criação do estado do Tocantins: *Cuo ivi ore*

retama. Esta terra é nossa!
(CAVALCANTE, 2005, p.147).

Temis Gomes Parente, no livro “Fundamentos Históricos do Estado do Tocantins”, adverte:

Isso não quer dizer que essa região de Goiás tenha sido descoberta somente a partir do ouro, pois, desde o final do século XVI até meados do século XVII, os paulistas e os jesuítas já percorriam essa área. A princípio, tanto uns como outros tinham propósitos similares, a exploração e a preação do índio. O interesse pela prospecção do ouro surgiu somente no final do século XVII. (PARENTE, 2001, p.35)

Os desbravadores traçaram o caminho por meio do rio, que segundo Leandro Tocantins, era o

[...] caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinante das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem ele o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. (TOCANTINS, 2001, p.278).

Esses forasteiros levaram consigo para região grande número de escravos, formando, assim, comunidades inteiras de afrodescendentes. Essas expedições, segundo Póvoa (2002), acabaram contribuindo para o povoamento e surgimento de arraiais e vilas, que com o tempo se tornaram cidades como Natividade, Arraias e Paranã.

É importante ressaltar que o Tocantins, por ser um estado novo, sofre forte influência em sua cultura dos estados vizinhos Maranhão, Goiás, Pará e Bahia. No passado, as características culturais centravam-se no antigo estado de Goiás, mais precisamente, em sua capital. Como o Norte de Goiás era muito distante, e a região pouco desenvolvida, as manifestações culturais feitas aqui não eram muito divulgadas e até certo ponto, desconhecidas.

Com a criação do estado de Tocantins, esse antigo Norte goiano revela-se rico em manifestações culturais devido à grande miscigenação de culturas vindas de todos os estados brasileiros, os quais receberam, em grande parte, a cultura portuguesa como precursora. Dentre tais influências, estão: Folia de Reis, Cavalhadas, Festa do Divino Espírito Santo, o Entrudo e os Caretas entre outras manifestações culturais. Assim, como afirma Reale (1993), seu traço mais importante é, sem dúvidas, ser ponto de encontro das várias etnias e culturas que compõem o país, verdadeira simbiose do que é o homem brasileiro, por extensão tocantinense.

O FESTEJO DO DIVINO

O Divino Espírito Santo não é santo de procissão, nem de romaria. Não é santo de brancos ou de negros, nem mesmo santo padroeiro da cidade é. Na forma de pomba, fogo, neblina, nuvem ou vento, anuncia a chegada de um novo tempo através da propagação de seus sete dons: fortaleza, sabedoria, ciência, conselho, entendimento, piedade e temor de Deus. É a chegada do Império do Divino Espírito Santo, marcado pela partilha entre os homens e entre a terra e o céu: o Divino chega ao homem, o homem divino é. (Marina A. M. de Macedo Soares - Dossiê Iphan)

Dentre as manifestações culturais desenvolvidas no estado de Tocantins, a Festa do Divino Espírito Santo é, sem dúvida, a que melhor expressa a religiosidade do povo tocantinense.

Sabe-se que esta festa é oriunda da Europa e tem sua origem em Alenquer – Portugal, na passagem do século XIII para o XIV. Pesquisadores relatam que a mesma foi instituída pela Rainha D. Isabel de Aragão, que se tornaria Santa Isabel⁴, casada com o rei D. Dinis, de Portugal – a rainha foi, por meio de um sonho,

⁴ A Rainha Santa Isabel, famosa por jamais se esquecer dos pobres, nasceu em Saragoça em 1271 e faleceu em 1336. Em 1625, foi santificada pelo Papa Urbano VII. Atribui-se a D. Diniz, conhecido como o “Rei Lavrador”, a instituição da agricultura naquele país, aterrando pântanos, distribuindo terras aos camponeses e retirando propriedades da Igreja. Filho de D. Afonso III e D. Beatriz de Castela reinaram de 1279 a 1325.

incumbida de construir uma igreja em homenagem ao Divino Espírito Santo, com o intuito de restabelecer a pacificação no reino⁵.

A festa era celebrada no Domingo de Pentecostes, cinquenta dias após a Páscoa, em que o Espírito Santo era festejado com banquetes e distribuição de donativos aos pobres, conforme relata Pereira (2005, p. 24), “Neste dia, a Rainha abdicava de seu trono, coroando um plebeu que ‘comandava’ o Império durante o período festivo. Também havia uma distribuição de comida aos pobres chamada de “Bodos” ou “Vodos”.”

Outros relatos a respeito da Festa do Divino Espírito Santo tratam da questão do mito que teria originado a festa. Segundo o folclorista Alceu Maynard de Araújo (apud RODRIGUES, 2006, p. 68),

A origem da festa em Portugal se deu com ‘o milagre das rosas’. Conta-nos a lenda que a rainha gostava de dar esmolas aos pobres. (Dom Dinis era um ‘barda-de-farelo’, ‘pão-duro’, conforme a gíria atual). Ao derredor do palácio sempre havia pedintes. O rei proibiu tanta prodigalidade. Certa feita, Isabel,

⁵A Rainha Santa Isabel teria prometido ao Divino Espírito Santo peregrinar o mundo com uma cópia da coroa do império e uma pomba no alto da coroa, que é o símbolo do Divino Espírito Santo, arrecadando donativos em benefício da população pobre, caso o esposo, o imperador D. Dinis, fizesse as pazes com seu filho legítimo, D. Afonso, herdeiro do trono imperial.

carregando no regaço uma quantidade de côdeas de pão para distribuí-las aos pobres, depara com o rei. Este lhe pergunta o que levava na abada. 'Levo rosas' respondeu a rainha caridosa. O rei quer ver. E vê rosas. Rosas lindas.

Assim, surge o mito da origem das celebrações do Espírito Santo, que é caracterizada pela fartura de alimentos distribuídos ao povo.

Com o tempo, a Festa do Divino tornou-se muito popular no mundo ibérico, saiu de Portugal e adentrou nas colônias portuguesas como África, os arquipélagos da Madeira e dos Açores, estendeu-se pelo mundo, pelo caminho do mar a bordo das naus portuguesas e chegou ao Brasil por volta do século XVI. Atualmente é considerada uma festa universal.

Como foi dito, essa festa chegou ao Brasil no período da colonização portuguesa (século XVI). Tornou-se popular em todo o território brasileiro e aos poucos foi se adequando às características próprias de cada região sem, contudo, perder a sua essência.

Segundo Silva (2001), a Festa do Divino foi mediadora entre as diversas culturas que se confrontavam no Brasil no período colonial. Também, foi propício à Igreja no desempenho da evangelização dos povos, o que fez

prevalecer o “aspecto devocional em romarias, promessas, votos e festas dedicadas aos santos”. Assim, os rituais religiosos fundem-se nas práticas entre o sagrado e o profano.

Não se tem ao certo uma data que marque o início da Festa do Divino Espírito Santo no Tocantins, mas sabe-se que está relacionado ao período da mineração, quando essa região ainda era Norte de Goiás.

Os Festejos do Divino, como são chamados nessa região, é fiel à essência das festividades portuguesas, porém, em cada comunidade onde se desenvolve são agregados novos valores com base nas crenças e tradições locais.

Em todo o estado de Tocantins, o Divino Espírito Santo é homenageado, sendo que em algumas cidades históricas localizadas ao sul do estado como Natividade, Paranã, São Valério, Arraias, e Santa Rosa do Tocantins entre outras, a festa tem maiores repercussões. Os elementos de composição são idênticos em cada comunidade: o Imperador e a Imperatriz, o Capitão e a Rainha do Mastro, o Despachante, as cantigas, os foliões, os Alferes, os Arrieiros, a esmola geral, os Caixeiros e o Procurador da Sorte etc.

Os festejos iniciam-se no Sábado Santo (de aleluia). Os foliões se organizam para o giro de quarenta dias pela região, neste momento acontece a benção das bandeiras. No período das celebrações, em todas as cidades, realizam-se missas, procissões, novenas, cânticos, danças e também o jantar na casa do Imperador. Normalmente as Festividades de Pentecostes ocorrem 50 dias após a Páscoa – em maio ou junho.

Os vestígios dos portugueses no Tocantins são mesclados pelas culturas indígenas e africanas que, segundo Sílvio Romero, no texto “Vista sintética do Folclore Brasileiro”

O que se pode assegurar é que, no primeiro século da colonização, portugueses, índios e negros acharam-se em frente uns dos outros, e diante de uma natureza esplêndida, em luta, tendo por armas o obus, a flecha e a enxada, e por lenitivo as saudades da terra natal. O português lutava, vencia e escravizava; o índio defendia-se, era vencido, fugia ou ficava cativo, o africano trabalhava, trabalhava... Todos deviam cantar, porque todos tinham saudades; o português de seus lares, d'além mar, o índio de suas selvas, que ia perdendo, e o negro de suas palhoças, que nunca mais havia de ver. Cada um devia cantar as canções de seu país. De todas elas amalgamadas e fundidas em um só molde – a língua portuguesa, a língua do vencedor, é que se formaram nos séculos seguintes os nossos cantos populares. O europeu foi o concorrente mais robusto por sua

cultura e o que deixou mais tradições. No século XVI pois, por uma lei de evolução que dá em resultado antecederem as formas simples às mais compostas, as canções e contos populares das três raças ainda corriam desagregados diferenciados. Nos séculos seguintes, sobretudo no XVII e XVIII, é que se foram cruzando e aglutinando para integrar-se à parte, produzindo o corpo de tradições do povo brasileiro. Nós ainda hoje assistimos a este processo de integração. (ROMERO, apud CASCUDO, 2001, p. 279-280).

Diante do exposto, percebe-se que as relações culturais entre Brasil e Portugal são encontradas em todo território nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se entender, a partir do exposto, que a cultura é o principal elemento de mediação do intercâmbio do conjunto das relações sociais; que os colonizadores europeus deixaram seus vestígios na cultura brasileira e que estes vestígios estão inseridos também nas manifestações culturais do estado do Tocantins.

Esses vestígios da cultura portuguesa são evidentes nos Festejos do Divino Espírito Santo, que é a principal manifestação popular e religiosa realizada todos os anos no Tocantins. Esta tradição trazida pelos portugueses se difundiu pelo território brasileiro, chegando ao Tocantins

onde, apesar de terem sido agregadas outras manifestações ao evento, mantém-se o caráter original da festa, calcado em profundas raízes católicas.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Global, 2001.
- CAVALCANTE, M. do Espírito Santo Rosa. *O Movimento Separatista do Norte de Goiás 1821-1988*. Goiânia: Ed. da UCG, 2005.
- HATTON, Barry. *Os Portugueses*. 3. ed. Lisboa: Clube do Autor, 2011.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 18. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- PARENTE, T. G. *Fundamentos históricos do estado do Tocantins colonial*. Goiânia: Editora da UFG, 2001.
- PEREIRA, Carla Rocha. *Devoção e Identidade: A Festa do Divino Espírito Santo da colônia maranhense no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ppgsa.ifcs.ufrj.br/teses-e-dissertacoes/devocao-e-identidade-a-festa-do-divino-espírito-santo-da-colônia-maranhense-no-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- PÓVOA. O.R. *Quinta-feira sangrenta*. Goiânia: Kelps, 2002.
- REALE, Ebe. *Brasil: aspectos da Cultura Brasileira*. São Paulo: Empresa das Artes, 1993.
- REVISTA Cultura e Extensão – USP, SP, v.1, jun/jul 2009.
- RODRIGUES, Herbert. *Entre o espetáculo e a devoção: a festa do Divino Espírito Santo em Mogi das Cruzes (SP)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.academia.edu/1333444/Entre_o_espetaculo_ea_devocao_a_festa_do_Divino_Espirito_Santo_em_Mogi_das_Cruzes_SP_>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- RODRIGUES, Lysias A. *O Rio dos Tocantins*. 2. ed. Palmas: Ed. Alexandre Acampora, 2001.
- ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta. (Coords.). *Usos e abusos de história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- SILVA, M. M.A *Festa do Divino: Romanização, Patrimônio e Tradição em Pirenópolis*. Goiânia: Agepel, 2001.

TOCANTINS, Leandro. *O Rio Comanda a Vida: uma interpretação da Amazônia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TYLOR, Edward. *Cultura primitiva e Antropologia*. Cidade: Editora, 2005.

Sites consultados

<<http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=41>>.

<<http://cultura.to.gov.br/conteudo.php?id=220>>.

Recebido em: 18 jan. 2013

Aprovado em: 23 jul. 2013